



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CAMPO – UMA EXPERIÊNCIA A SER
COMPARTILHADA**

MARIA GORETI RIBEIRO

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CAMPO – UMA EXPERIÊNCIA A SER
COMPARTILHADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Maria Angélica Araújo Ribeiro

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CAMPO – UMA EXPERIÊNCIA A SER
COMPARTILHADA**

MARIA GORETI RIBEIRO

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de outubro de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Prof. Ma Maria Angélica Araújo Ribeiro
(Orientadora)**

Belo Horizonte,de outubro de 2013.

EPIGRAFE: “(...) todos os dias misturamos a vida com a educação”.

Carlos Rodrigues Brandão

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa sobre a experiência de Educação Integral implementada e desenvolvida na Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde, localizada na zona rural do município de Coronel Fabriciano, MG. O objetivo é retratar a temática da educação integral, sua origem e conceito desde Anísio Teixeira, sua implementação pelo município desde 2006 e a importância que tem a proposta para alunos do campo numa visão diferenciada da prática das escolas do meio urbano, tendo em vista que o modo como vemos e percebemos os sujeitos envolvidos interfere diretamente no modo como interagimos com eles. Pois de acordo com Brandão (1985), a educação está em todos os lugares: "... *Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela*" (BRANDÃO,1985,p. 7). Assim, a pesquisa buscou elucidar aspectos relacionados às vivências de se fazer educação integral e os desafios propostos em sua implementação na EMMCA.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educação Integral, Construção e prática

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01.....	19
-----------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2 - EDUCAÇÃO INTEGRAL - UMA CONCEPÇÃO DE DIREITOS.....	11
3 - IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO	14
4 - EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA DO CAMPO: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	24
ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	26

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado “Educação Integral no campo – uma experiência a ser compartilhada” tem como objetivo apresentar a experiência de educação integral na Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde, localizada na zona rural de Coronel Fabriciano, MG tendo como primeira abordagem o conceito e a experiência de educação integral no Brasil a partir de Anísio Teixeira.

O interesse pelo tema surgiu por ocasião da implementação do projeto pela SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura em 2006 no formato de experiência piloto na Escola Municipal Otávio Cupertino dos Reis, com alunos de 7 a 13 anos de idade.

Na ocasião, os problemas de violência e drogas vivenciados pela comunidade despontavam como necessidades de intervenções emergenciais por parte do poder público municipal. Nesta ocasião fui convidada a atuar como coordenadora local e pude vivenciar os desafios e impactos que o referido projeto teve na comunidade e na dinâmica de vida dos alunos.

Em 2007, com recursos próprios, o município implementa a proposta em mais três escolas sendo que destas, duas eram de séries finais. E a partir de 2009, com a adesão ao Programa Mais Educação ocorre a ampliação e oferta para mais oito escolas das quais atuei como coordenadora pela SMEC até setembro de 2010.

Durante este período muitas foram as reuniões e encontros para estudo das diretrizes do projeto, material de pesquisa do Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas da Educação, Cultura e Ação Comunitária e muitos encontros com as comunidades, familiares e alunos para sensibilização e apresentação da proposta. Paralelo a isto participei dos fóruns e cursos promovidos pela TEIA/UFMG, dentre estes destaco o da Educação integral e Integrada, módulo de 180h que possibilitou não só a mim mas, a todo o grupo da secretaria envolvido no projeto, a ampliação do olhar acerca do tema que a esta altura estava em pleno desenvolvimento em 80% das escolas da rede.

Em outubro de 2010, já como gestora da Escola do campo “Maria da Conceição Ataíde”, busquei junto à Secretaria de Educação a implementação do projeto para as crianças e adolescentes do meio rural e para isto tornou-se necessário inicialmente compreender quem eram esses sujeitos socioculturais, que demandas traziam consigo, suas necessidades e expectativas. A definição do tema para o Trabalho de Conclusão

de Curso portanto, vai de encontro à crença nesta proposta que cada vez mais se faz presente no cenário educacional brasileiro.

Pretende-se através da pesquisa realizada, discorrer sobre os desafios de se fazer uma educação integral que de fato contemple uma formação humana ampliada ao viver crítico e cidadão articulando-se aos diversos segmentos da comunidade na qual a instituição está inserida.

2- EDUCAÇÃO INTEGRAL – UMA CONCEPÇÃO DE DIREITOS

A idéia de se fazer Educação Integral no Brasil vem passando por remodelações e acréscimos em sua estruturação desde o início do século passado. Trata-se de exposições e discursos que ao longo da história da educação são apresentados em diferentes formatos e delineamentos.

E para conceituar “educação integral” se faz necessário reportar aos vários movimentos ocorridos ao longo da história da educação mediante as diferentes propostas e correntes políticas que aqui citamos como as autoritárias, as elitistas e as liberais, sendo que cada uma assume o sentido da proposta de educação integral com diferentes intenções. Um dos movimentos a ser destacado neste trabalho e que teve grande repercussão na história da educação brasileira foi o movimento conhecido como Escola Nova, que visava à renovação do ensino e que teve como grande precursor, o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952).

A Escola Nova idealizava um professor que no desempenho de seu papel fosse muito mais que um mero transmissor e que atuasse como um facilitador ativo na e da aprendizagem num esforço contínuo para despertar o interesse e provocar a curiosidade nos mesmos. Contrapondo aos modelos tradicionalistas de educação, Dewey sempre considerou que as escolas deviam deixar de ser apenas espaços de transmissão de conhecimentos e tornarem-se pequenas comunidades, conforme salienta Lourenço Filho (1950, p.133):

"As classes deixavam de ser locais onde os alunos estivessem sempre em silêncio, ou sem qualquer comunicação entre si, para se tornarem pequenas sociedades, que imprimissem nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade" (FILHO, 1950, p.133.)

E ainda, na concepção de Dewey, a escola deve mais que preparar para a vida ela deve ser a própria vida e seu papel é o de aliar vida, experiência e a aprendizagem propiciando assim, uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro da vida de cada indivíduo.

No Brasil temos na primeira metade do século XX, inspirados pelas idéias e concepções de Dewey nomes importantes como o de Anísio Teixeira. Considerado por

muitos estudiosos como o precursor dos estudos no âmbito da educação integral e dedicação na implantação de algumas escolas de tempo integral no Brasil.

No entanto vários foram os caminhos percorridos sobre as idéias de se fazer educação integral, dentre elas, destacam-se duas iniciativas consideradas marcantes para com o tema: as escolas-parque, pensada por Anísio e os centros integrados de educação pública (CIEPs), idealizados por Darcy Ribeiro. Deixando de lado as especificidades contidas em cada proposta, é importante destacar que ambas se projetaram como políticas públicas e constituíam a idéia da ampliação do tempo escolar mediante o desenvolvimento e oferta de atividades no campo dos esportes, das artes, da iniciação ao trabalho, dentre outras.

Porém, Conforme abordado por Libâneo, (2006) a história de implantação da educação integral no Brasil, levando em conta a Escola Parque de Salvador até então, ocorreram como experiências esporádicas, das quais passada a fase da visibilidade política foram submetidas à descontinuidade das políticas sociais e educacionais e retornaram ao estado de abandono e ineficiência.

Um fato marcante neste período contou com a participação dos intelectuais da época que veio a repercutir em 1932, no surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que teve como premissa, o posicionamento do direito de cada pessoa à sua formação integral (CAVALIERE, 2002).

"A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar 'a hierarquia democrática' pela 'hierarquia das capacidades', recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de 'dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento', de acordo com uma certa concepção de mundo." (MANIFESTO DOS PIONEIROS...,1932, p. 46)

Anísio Teixeira destacava a exemplo de Dewey que o papel da escola devia ir além do ensino do português e matemática, tendo em vista que as necessidades de vida das pessoas incorria em outros conhecimentos que o capacitassem a uma convivência social crítica e participativa, conhecimentos e ensinamentos como a música, artes, desenho, recreação, jogos esportivos que incorporados à educação escolar possibilitaria a ruptura com visões estreitas sobre a educação que se faz na escola tradicional.

E com crenças e ideais tão evidenciados, em 1950 no Brasil, Anísio colocava em prática a primeira experiência de Educação Integral que baseava-se não só na aprendizagem de conteúdos curriculares básicos, mas também de oficinas que contemplavam aprendizagens e práticas no âmbito da alimentação, saúde esporte e lazer.

Cavaliere (2002) destaca ainda que é principalmente através de Anísio Teixeira que o conceito de educação integral adquire uma nova dimensão, de alternativa generalizável, adequada ao mundo moderno, e não de treinamento intensivo com vistas à adequações das populações indisciplinadas às novas exigências do sistema industrial moderno.

3 - IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Conforme legislações vigentes, no Brasil, a Educação Integral encontra legitimidade na Constituição Federal de 1988, no ECA - Lei nº 9.089/90, LDB 9394/96, no PNE, Lei 10.172/01, FUNDEB, Lei nº 11.494/07 e na Resolução CNE/CEB Nº 7/10. E, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Coronel Fabriciano vem organizando sua política educacional fundamentada nos princípios da gestão democrática e participativa, de modo a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos e alunas.

Em 2005, a Secretaria Municipal de Educação apresentou para toda a rede, a proposta de ampliação gradativa da Educação integral em todas as escolas, como sendo uma das metas de gestão de governo. Associava-se à esta proposta o compromisso de elevar a qualidade da educação no município que segundo pesquisas internas apresentava um baixo resultado no quesito ensino aprendizagem.

Neste ponto, relembro o legado deixados por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, ambos pensadores de uma educação que já naquela época, consideravam ser necessariamente integral, diz respeito a necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar superando o caráter parcial e limitado proporcionado pela restrita carga horária destinada ao desenvolvimento do currículo convencional.

O Projeto de Educação Integral na rede municipal de Coronel Fabriciano iniciou-se portanto como uma política de governo e como uma decisão política de elevar a qualidade da educação municipal. A concepção de Educação Integral proposta no município, ampara-se na LDB 9394/2006 e em 2009, após adesão ao Programa Mais Educação é regulamentado e instituído como Programa de Educação Integral em Tempo Integral através da Resolução de Nº 026 de 01 de Fevereiro de 2010 como se verifica a seguir:

Art 2º - O Programa de Educação Integral tem por finalidade:

I – contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço e das oportunidades educativas;

II – contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e aproveitamento escolar;

III – promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares;

IV – estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade (RESOLUÇÃO SMEC,2010).

E nos termos de Guará (2006, p.16), a prática que educa de modo integral pressupõe pensar “a realização das potencialidades de cada indivíduo para que possa evoluir plenamente com a conjugação de suas capacidades, conectando suas diversas dimensões (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica)”. Além de ampliar a jornada escolar, seria necessário rever a organização pedagógica e curricular na perspectiva de garantir o desenvolvimento dos/as educandos/as em suas múltiplas dimensões: cognitiva, social, cultural, ética, estética, corporal, política, dentre outras.

Nesse sentido, a proposta de Educação Integral do município é pensada na condição de garantia de direito de todos os educandos e educandas à formação plena em uma escola de tempo integral e não somente como estratégia para tirar as crianças e adolescentes do convívio com a rua. E aqui me reporto a uma das tantas exposições do Professor Miguel Arroyo em encontros com os profissionais da rede, A criança e o adolescente são pessoas em pleno desenvolvimento e “estar na rua”, os faz significar as relações. É neste tempo e espaços que se criam as brincadeiras e jogos, e os corpos interagem criando regras e limites. A rua, portanto deve ser considerada um espaço educativo e lúdico, necessária ao pleno desenvolvimento de suas humanidades.

O projeto teve início em 2006 na forma de projeto piloto com recursos próprios, numa escola localizada na periferia da cidade, e que na ocasião apresentava um contexto substancialmente agravado pela vulnerabilidade social que violava as crianças de seus direitos a uma infância natural. Para tanto, a escola passou por adequações em seu espaço físico, ampliação da equipe de funcionários e professores e um estudo que buscou considerar as especificidades das atividades/oficinas do projeto na elaboração das diretrizes de operacionalização da proposta.

A partir de 2007, gradativamente ocorreu a implementação do projeto em mais três escolas da rede. E em 2009, com a adesão do município ao Programa Mais Educação, a Educação Integral se concretiza e passa a ser entendida como uma modalidade que muito mais que a mera ampliação de tempos, espaços e oportunidades

educacionais busca discutir e construir no interior das escolas espaços que favoreçam a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos.

No entanto, não deve de forma alguma ser palco para ilusões e romantismos, tendo em vista, os grandes desafios que se postam diariamente na busca permanente pela credibilidade e pela qualidade ao se fazer uma educação integral que de fato vá de encontro aos anseios da sociedade e que vise realmente a garantia de direitos.

4 - EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA DO CAMPO: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO

O advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, evidenciou a necessidade de se construir novos caminhos para a consolidação gradativa da ampliação da jornada escolar. Esta ampliação tem, por alicerce legal, a legislação decorrente da Lei Maior, ou seja, a Constituição de 88. Nesta perspectiva, observamos que a LDB nos artigos 1º e 2º, reafirma a importância da educação escolar integral como uma das bases fundamentais para o pleno desenvolvimento do educando. A LDB, evidencia que para garantir o funcionamento das instituições em tempo integral, estas deverão se organizar buscando estabelecer a relação entre a formação integral do educando e o tempo na escola:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (LDB, 1996).

O Projeto político Pedagógico da EM Maria da Conceição Ataíde em sua organização pedagógica contempla o desenvolvimento da Educação Integral numa perspectiva de desenvolvimento de potencialidades respeitadas os aspectos e particularidades das crianças e adolescentes oriundas da comunidade do campo. A implantação da modalidade na escola se deu em 2011 através da adesão ao Programa Mais Educação contando com o apoio e incentivo da secretaria de Educação. Inicialmente foi feito o mapeamento dos espaços da comunidade e no interior da escola para o desenvolvimento das atividades e vários encontros com a comunidade local e parceiros, familiares e alunos das séries iniciais e finais, para sensibilização e apresentação da proposta.

O recente documento da Fundação Itaú Social-UNICEF(2013), intitulado “Percurso da Educação Integral – em busca da qualidade e da equidade” discorre sobre a importância de se pensar os espaços em que será desenvolvida a educação integral e as parcerias que serão instituídas com os mesmos e ressalta que:

Na concepção de educação integral, a escola assume o papel de articuladora e gestora de espaços e tempos. É na escola, ou nas instituições com as quais ela faz parceria, que os estudantes irão se deparar com novos desafios de aprendizagens e vivenciarão aspectos da socialização diferentes daqueles proporcionados por uma escola de turno parcial (ITAÚ SOCIAL-UNICEF,2013).

E acrescenta:

É preciso mirar os espaços das escolas e também os de fora dela com outros olhos, potencializar seu uso, refletir acerca de qual infraestrutura é adequada para a ampliação da jornada e quais são os arranjos possíveis a serem feitos (ITAÚ SOCIAL-UNICEF,2013).

É importante ressaltar que a escolha das atividades foi um dos aspectos mais desafiadores da proposta na EMMCA, principalmente em se tratando dos alunos do 6º ao 9º ano das séries finais, pois conforme Cavaliere (2007), ao discorrer sobre a experiência dos CIEPS do Rio de Janeiro “houve casos em que a jornada integral, empobrecida em sua rotina devido à falta de atividades diversificadas, gerou o efeito contrário ao esperado” (CAVALIERE, 2002, p.1019).

Assim, este pensar as atividades tornou-se na ocasião e ainda nos dias atuais objeto de maior preocupação por parte da gestão e coordenação do projeto na escola. E para mediar a situação, foi feito um levantamento junto aos alunos de suas preferências, aptidões e anseios sobre as atividades que gostariam de participar.

Para tanto na oportunidade foi utilizado um instrumental de pesquisa onde foram elencadas atividades como: violão, fanfarra, dança, artesanato, futebol, informática, recreação, matemática e letramento se constituíam em atividades obrigatórias.

Como acréscimo, destaca-se que sequencialmente, por ocasião da reformulação do Projeto Político Pedagógico da EMMCA, foi realizada uma pesquisa diagnóstica por amostragem com a finalidade de caracterizar a clientela atendida em seus vários aspectos, como: nível de escolaridade dos pais, localidades residenciais, renda familiar, religião, famílias beneficiárias do Bolsa Família e por último, o quesito referente as atividades preferidas pelos alunos quando estão fora da escola, dados que muito ajudaram na composição e organização da dinâmica da educação integral nesta localidade. Abaixo, o gráfico 01 demonstrativo:

Gráfico 01: Atividades dos alunos fora da escola

Atividades dos Alunos fora da Escola

Elaborado pela autora

O Projeto Político Pedagógico da escola apresenta:

Constata-se que as brincadeiras coletivas são as preferidas entre as crianças e adolescentes e geralmente são realizadas na vizinhança e acabam por fortalecer os laços afetivos entre eles. O futebol aparece como a segunda atividade mais apreciada por meninas e meninos, seguida das demais (PPP, 2012, p. 15-20).

Os dados confirmam um dos pontos de destaque neste trabalho que é o de considerar os aspectos de vida, o local e a cultura que se estabelece no meio rural e a partir daí definir meios e formas de atuar. Quando o aluno tem a oportunidade de participar do processo de escolha das atividades tendo respeitado sua cultura, o nível de satisfação e adesão do mesmo são consideravelmente positivos e a assiduidade nas atividades também.

Destaca-se ainda, que na busca pela implantação de uma educação integral de qualidade e que atendesse de fato as características e anseios dos alunos da comunidade rural, o mapeamento dos espaços e a identificação dos profissionais que com estes iriam atuar, se constituíram em alguns dos muitos desafios tendo em vista que a distância geográfica da comunidade inviabilizava à gestão da escola, o recrutamento de profissionais/monitores para as atividades identificadas como importantes e necessárias aos alunos das séries iniciais e finais. E mais, na comunidade não foi possível localizar tais profissionais. Aliado a estes, outros desafios referentes à organização da proposta como: o tempo necessário para cada atividade, a organização dos transportes para atender às demandas dos turnos das aulas e oficinas, a disciplina

necessária no momento das atividades nos espaços externos, a recepção da comunidade para com o projeto, foram alguns dos muitos desafios enfrentados pela equipe.

O Projeto Político Pedagógico da EMMCA, pontua que a educação em uma escola do Campo não cabe em um espaço, mas em vários e como toda e qualquer escola, a luta pela formação plena dos indivíduos tem sido tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações. E como afirma Arroyo (2006):

“E para isso se coloca uma questão séria: Que currículo? Insisto que não seja apenas um conjunto de saberes utilitários. Só aqueles saberes que sejam básicos para a vida do campo, para sobreviver, nem para se adaptar às novas tecnologias. Temos uma larga história que sempre defendeu que os saberes que a escola rural deve transmitir devem ser poucos e úteis para mexer com a enxada, ordenhar a vaca, plantar, colher, levar para a feira... Aprender apenas os conhecimentos necessários para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir novas tecnologias, sementes, adubos, etc. Essa visão utilitarista sempre justificou a escola rural pobre, os conteúdos primaríssimos, a escolinha das primeiras letras” (ARROYO,2006, p.17).

.E prossegue:

“Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situamos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia; a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos. Partindo dessa visão teremos que responder a questões concretas e incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para a produção e o trabalho, os saberes que preparam para a emancipação, para a justiça, os saberes que preparam para a realização plena do ser humano como humano” (ARROYO,2006, p.17).

Assim, de acordo com o autor, a implementação das atividades devem criar vínculos com o lugar e contexto pois ao compreender o lugar da escola na Educação do Campo compreende-se o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje.

A utilização dos espaços comunitários permitiu a potencialização dos mesmos de forma positiva, alterando a dinâmica das comunidades mediante práticas educativas e inclusivas. Na organização, duas vezes por semana os alunos eram transportados (e são) no ônibus para a comunidade adjacente, do Cocais de Baixo para participarem da

oficina de futebol de campo e ao lado num posto policial desativado, acontecia a oficina de Jogos de recreação

Algumas atividades ocorrem de forma integrada aos conteúdos destinados à sala de aula. Um exemplo a ser citado é o da atividade de Matemática, uma das atividades escolhidas pelos alunos do 6º ao 9º ano. No planejamento da oficina, 50% das horas da atividade aconteciam nas ruas do povoado e os alunos encontravam na exploração do traçado da rua, no formato das casas, na geometria que os espaços apresentavam. E a parceria interdisciplinar com a Educação Ambiental ocorria através das visitas às hortas da comunidade que permitia através da medição dos canteiros, cálculos de plantio, tempo de cultivo e colheita a aproximação com o universo vivencial do aluno do campo e uma integração entre os diversos campos do conhecimento e à sua comunidade local.

Ressalta-se que para o sucesso de todo e qualquer projeto a escola tem que ter como primeiros parceiros e aliados, a família. Conhecê-la na sua dinâmica ajuda a construir e a fortalecer identidades e isso tem a ver com valores, modo de vida, memória e cultura. A EMMCA desenvolve desde 2011, o projeto de visita às famílias dos alunos como uma estratégia de aproximação dos profissionais da escola (que se constituem em 99% da zona urbana), com as famílias e seu modo de ser e de viver.

De acordo com Caderno Conselho Escolar – Educação no campo (2006):

“A Educação do Campos precisa levar em consideração uma série de aspectos do mundo rural que influenciam de forma determinante, a vida da sociedade campestre, entre eles destacam-se: o sentido de tempo que possui particularidades próprias para os moradores do campo, absolutamente diferentes dos da população urbana, pois dão sinais e indicam momentos mais ou menos adequados às tarefas do trabalho na agricultura pecuária ou extrativismo” (MEC/SEB, 2006,p.25)

Um aspecto evidenciado pela cultura dos alunos e familiares e que impacta em seus modos de vida e costumes da comunidade, são as tradições culturais dos povoados locais. A marujada e as festas religiosas e populares se convertem em ricos e alegres momentos de interação de alunos e familiares. É uma das formas encontradas pela gestão escolar, para articular e dimensionar esta tradição foi a criação de um grupo de alunos marujos na forma de atividade da Educação Integral, que sob a orientação de um mestre do grupo de marujos, se reúne e se prepara para apresentações em eventos locais e em outras cidades. o desafio é reconhecer a legitimidade destes saberes e buscar dar vida a eles.

Importante salientar que a formação integral dos alunos não pode ser imputada somente e exclusivamente à escola, mas também e sobretudo à comunidade e as duas juntas, atuarem para e na busca de ressignificar os saberes necessários ao pleno desenvolvimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos muitos conceitos pesquisados, aquele que melhor define a educação integral é o que considera a pessoa em suas múltiplas dimensões ou seja, não somente o aspecto da cognição, mas sobretudo as dimensões psíquicas, emocionais e sociais. Assim, este será percebido em sua totalidade, inserido que está num contexto de múltiplos relacionamentos.

Nesse sentido, a educação que se pretende realizar precisa ser pensada todos os dias, de modo a considerar as vivências e aprendizagens das crianças e os adolescentes na sua integralidade. E mais, é necessário que todos os envolvidos neste processo formativo tenha em mente que toda e qualquer aprendizagem acontece desde o nascimento e em diferentes contextos que vão inicialmente desde a família, passando pela escola e se amplia nos espaços formais e informais.

Assim, considerando todo o processo de implantação da Educação Integral no município de Coronel Fabriciano exposto neste trabalho, seu desenvolvimento desde 2006 até os dias atuais e a perspectiva desafiadora de ampliação da referida modalidade a outras escola da rede, é possível afirmar que a proposta de Educação Integral desenvolvida na EMMCA vem atingindo os objetivos propostos.

Pois só faz sentido pensar na implantação da educação integral se de fato considerarmos esta numa perspectiva que vai além da ampliação da jornada escolar e que represente de fato a ampliação de oportunidades e situações que agreguem valor ao seu contexto de vida mediante aprendizagens significativas e formadoras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103- 116.

ARROYO. M. G. Gonzalez.; FERNANDES.B.M. P **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, v.2)

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Ministério da Justiça, D.O. de 16/07/1990, p. 13563 1990.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Ministério da Educação e do Desporto - MEC, D.O. de 23/12/1996, p. 27833, 1996.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação e Sociedade, v. 28, p. 1015-1035, 2007

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA (Cenpec). Relatório de pesquisa: educação integral. São Paulo: Cenpec, Unicef, 1999.

FILHO, I. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo : Melhoramentos, 1950. p. 133.)

GUARÁ,I. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos CENPEC, n.2, p.15-24,2006.

LIBANEO, Jose Carlos. **Valerá a pena investir dinheiro público na escola de tempo integral?** Mesa redonda no Colóquio da Linha de Teorias da Educação, do Mestrado em Educação da UCG, novembro de 2006.

[MEC/SEB. Conselhos Escolares: Educação Escolar e educação no Campo. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, Novembro de 2006.](#)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Caderno de Expectativas de Aprendizagem. Curitiba, 2012

RESOLUÇÃO SMEC de 01 de FEVEREIRO de 2010. Institue o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, altera o projeto de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para o seu funcionamento.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1994.

Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade/ [coordenação editorial e textos beatriz Penteadó Iomonaco, letícia Araújo Moreira da Silva]. -- São Paulo : CENPEC : Fundação Itaú Social - unicef, 2013.



ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO ATAÍDE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ELIANE DO AMPARO DIAS BRAGA
LUDOVINA DRUMMOND LAGE
MARIA GORETI RIBEIRO**

Belo Horizonte, 2013

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO ATAÍDE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	11
2.2.1. Educação Integral em Tempo Integral.....	12
2.2.2. Atendimento Educacional Especializado.....	13
3. CURRÍCULO.....	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	24
7. AVALIAÇÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS.....	32

INTRODUÇÃO

“Ao homem virtuoso é dado conhecer o bem e o belo. A busca da virtude deve prosseguir pela vida inteira – portanto, a educação não pode se restringir aos anos da juventude. Educar é tão importante para uma ordem política baseada na justiça, que deve ser tarefa de toda a sociedade.”

(Platão)

A Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde (EMMCA) esta situada à Rua João Martins Carneiro, 430, São José dos Cocais, CEP: 35170-000 - telefone: (31) 91283204, E-mail: emconceicaoataide@fabriciano.mg.gov.br e seu CNPJ é 03.177.634/000. Sua área de localização integra vários povoados na zona rural do município de Coronel Fabriciano – MG com a distância de 24 km da zona urbana e é considerada a área mais acidentada e se eleva à 1260 metros. Seu ato de criação e instalação está registrado na Lei Municipal Nº 35/49 e a autorização de funcionamento é de Nº 319/79 DE 11/06/79 de 27 de maio de 2008.

Atende atualmente a trezentos e doze alunos, na faixa etária de três a dezesseis anos, nas modalidades da Educação Infantil, com duas (02) turmas, Ensino Fundamental de nove anos, onze (11) turmas e Educação Integral em Tempo Integral, com duzentos e trinta e um alunos (231). Oferece também o AEE - Atendimento Educacional Especializado em turnos alternados com a sala de recursos a vinte alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, seja por alguma deficiência ou distúrbio psicossocial. Os horários de funcionamento/turnos são os seguintes:

- 7h as 11h15m - 6º ao 9º Ano das Séries finais

- 12h15m as 16h30m - Educação Infantil (4 e 5 anos) e 1º ao 5º ano das Séries Iniciais e o Programa Educação Integral em Tempo Integral/Mais Educação: 7h as 15h15m.

Atualmente conta em seu quadro com quarenta e quatro (44) funcionários assim distribuídos: Diretor: 01, Vice-Diretor: 01, Coordenador Pedagógico: 02, Educador Infantil: 03, Docente: 18, Secretária Escolar: 01, Auxiliar Técnico Escolar: 03, Auxiliar Serviços Escolares: 09, Vigilante: 03, Motorista: 03.

A EMMCA, a exemplo das demais escolas rurais do país, passou a ser reconhecida pela utilização da expressão “escola do campo” como figura jurídica e legalmente reconhecida, demarcando, portanto, uma diferença em relação à expressão escola rural. A Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002, expedida pelo Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, que configurou, para a população rural,

como avanço e vitória na construção de um modelo novo de desenvolvimento. O diagnóstico aqui apresentado se deu mediante a Pesquisa Censitária Diagnóstica, por amostragem e realizada através de questionário escrito (arquivo da escola- maio/2012), onde buscou-se evidenciar as características da clientela atendida em seus vários aspectos.

De acordo com a pesquisa 62% dos pais se declararam trabalhadores do campo, denominando-se agricultores, lavradores e/ou trabalhador rural. Outra profissão que aparece na pesquisa é a de pedreiro e/ou ajudante, sendo que esta se apresenta numa menor escala. Aliados aos dados sobre “profissão dos pais”, nível de escolaridade dos pais, renda familiar e localidade residencial, é possível inferir que a economia local, movimentada pelo trabalho agropecuário, está vinculado a pouca (e/ou inexistência) escolaridade dos pais - 30% se declararam analfabetos e 55% declararam ter apenas o Ensino Fundamental incompleto. Estes trabalhadores, em sua maioria são empregados informais nas propriedades vizinhas, ou arrendadores. Em relação à renda mensal, 82% declararam viver com até 1 (um) salário mínimo.

O transporte escolar dos alunos é diário e gratuito e se converte, principalmente em se tratando de localidade rural, num importante instrumento de acesso à educação e inclusão social. É ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa “A caminho da Escola” e nos locais de mais difícil acesso, o transporte é feito por 03 (três) veículos terceirizados. Ao todo são transportados para a escola diariamente, duzentos e sessenta e quatro (264) alunos.

Atualmente 51,3% das famílias dos alunos são beneficiárias do Programa Social Bolsa Família que visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Apesar de algumas famílias apresentarem uma condição econômica precária, o mesmo não ocorre quanto à identidade cultural e ao sentimento de pertença, pois a comunidade é rica em manifestações culturais, podendo ser considerada como a comunidade culturalmente mais expressiva do município, com destaque para a Marujeiros que é considerado uma das manifestações culturais mais relevantes do Vale do Aço. Faz parte do Circuito Turístico da Mata Atlântica de Minas e possui atualmente mais de 50 (cinquenta) membros, entre crianças, jovens e idosos. Sua origem é contada de pai para filho como forma de perpetuar a riqueza cultural ali existente.

Importante ressaltar que é significativo o número de famílias cujos pais são parentes entre si, confirmando assim, alguns casos de deficiência Intelectual constatados na comunidade bem como caracterizando a necessidade de atendimentos e inclusão na Sala de Recursos. O Projeto Político Pedagógico da EMMCA está fundamentado na LDBEN, nas orientações curriculares nacionais, nas diretrizes operacionais para escolas do campo e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município.

1 - FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

O advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, lançou luz a construção de novos caminhos na consolidação de uma escola que obrigue a um novo pensar e a uma reflexão contínua de todos que estão envolvidos neste processo. Que escola queremos construir? Que conhecimentos nossos alunos/as precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania nesta sociedade de conflitos tão diversos e presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das idéias, e também no surgimento de novas concepções e da necessidade do diálogo entre os sujeitos aprendentes (comunidade escolar).

Atualmente, os alunos de escolas do campo querem ter acesso a mais informações e conhecimento, querem aprender técnicas de sustentabilidade inovadoras ao mesmo tempo que discutem a globalização e utilizam as Tecnologias da Informação (TICs) “O grande desafio é levar em conta as especificidades do campo em confinar ou limitar o universo dos alunos”. (Antônio Muunarim - Nova Escola – 185-87. Daí a importância do projeto pedagógico estar pautado nos princípios de uma educação integral, aliando aspectos tecnológicos, manuais, culturais, políticos e emocionais e os saberes populares, entre escola e a vida (PISTRAK, 2002) e a capacitação permanente dos educadores é fundamental para a implementação de um currículo que atenda as reais situações de nossa clientela.

MISSÃO

Oferecer um ensino de excelência, respeitando a dinâmica social e cultural da comunidade do campo, possibilitando a formação de cidadãos responsáveis, críticos e solidários, oportunizando inovações e respeitando as diferenças, resgatando as relações com as famílias, reafirmando a proteção a infância e a adolescência, sobretudo preparando-os para serem agentes de sua própria cultura e história.

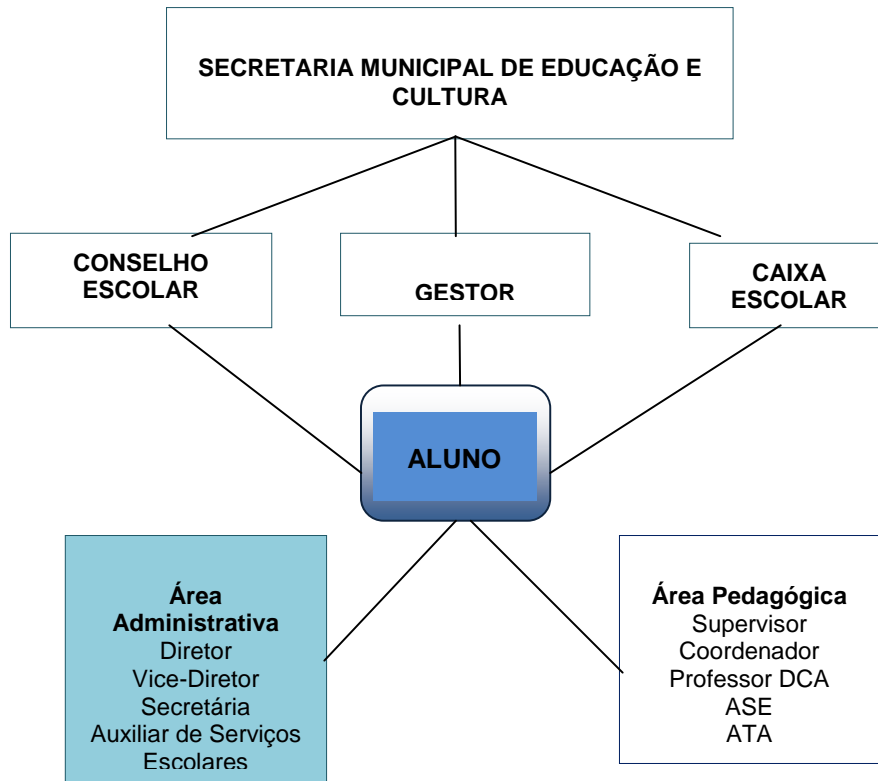
OBJETIVOS

- Estimular no aluno a formação de uma consciência crítica e ecológica;
- Buscar assegurar aos educandos com necessidades educativas especiais, a acessibilidade, recursos educativos mínimos, avaliação e organização de forma a atender as suas necessidades.
- Fornecer ao aluno uma cultura básica de qualidade e uma formação humanística que valorize a ética, a solidariedade, os direitos e deveres e o amor ao próximo além de se

desenvolver de forma equilibrada e harmoniosa do ponto de vista intelectual, emocional, social, física e moral.

- Propiciar uma real integração entre família, escola e comunidade.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Rede Física: Equipamentos e Mobiliários e Recursos Didáticos

Local	Equipamentos e mobiliários e recursos didáticos
Diretoria	mesas, cadeiras, armários, arquivos, computador, impressoras,
Secretaria	mesas, cadeiras, armários, arquivos, computador, impressora, telefone
Sala dos Professores e Coordenação Pedagógica	Escaninhos, armários, mesas, cadeiras, computadores, quadro branco, bancada, geladeira e cortina.
Biblioteca	Armários, vasto acervo literário, televisão, vídeo, DVDs, mapas, globo Terrestre, atlas, mesas e cadeiras e cortinas.
Laboratório de Informática	Computadores, mesas, cadeiras, ventilador, ar condicionado e cortinas.
Laboratório de Mesa Alfabeto	5 mesas alfabeto, cadeiras, ar condicionado, armário, quadro para giz e cortinas.
Refeitório	Mesas, bancos, self-service.
Cantina	Fogão, forno a gás, batedeira industrial, bancadas, pias, utensílios de cozinha, freezer e geladeiras.
Dispensa	Freezer, prateleiras e armários.
Depósito de material de limpeza/ área externa	Tanque e armário
Salas de aula-Educação Infantil e Ens. Fundamental	Conjuntos de mesas e cadeiras para os alunos, mesa e cadeira para o professor, armário, quadro, ventiladores e cortinas.

Sala de Recursos/ Almoxarifado	Computadores, scanner e impressora, mesas e cadeiras, mesa sextavada, cortinas, quadro para giz, armário e prateleiras
Galpão para atividades da Educação Integral	Mesas, cadeiras, armários e bebedouro

Dependências Escolares e Condições de Uso

Dependências	Quantidade	Condições de utilização*		Observação
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	01	01		--
Secretaria	01	01		--
Sala de professores/ Coordenação Pedagógica	01	-	X	espaço limitado para o professor
Biblioteca	01	01		--
Sala de Recursos	01	--	01	--
Salas de informática	02	02	02	--
Sala de aula	07	07	--	--
Almoxarifado	01	--	X	espaço adaptado e localização inadequada
Depósito material limpeza	01	--	X	
Dispensa	01	01	--	--
Refeitório	01	X	--	--
Parquinho	01	X	--	--
Quadra de esportes coberta e telada	01	X	--	--
Circulações internas	03	03	--	--
Espaço externo que acondiciona material de Educação Física	01	--	X	Banheiros externos adaptados
Cozinha	01	X	--	--
Área de serviço	01	--	X	Sem cobertura.
Sanitário dos funcionários	01	--	X	Necessário 02 banheiros
Sanitário dos alunos	08	08	--	--
Sanitário dos portadores necessidades especiais	01	X	--	--
Espaço/Sala para Materiais Esportivos e Pedagógicos	01	--	X	Espaço limitado às necessidades

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Os princípios que servem de modelo para o trabalho pedagógico desenvolvido na EMMCA estão de acordo com os princípios de Democracia da Constituição Federal em seu artigo 206, bem como os Princípios determinados pela atual LDBEN em seu artigo 205, nos cadernos 1, 2 e 3 da Educação da Infância e as diretrizes educacionais advindas da adesão do município às metas o “Todos pela Educação”, que embasam a proposta pedagógica da rede municipal. A escola, conta em seu quadro com educadores habilitados a atuarem em suas respectivas áreas, conforme Plano de Carreira do município e busca sustentar seu lugar na sociedade reafirmando os valores éticos, morais, culturais, políticos e sociais.

Quanto à organização de seu currículo enquanto escola de zona rural, as diretrizes operacionais para a educação do campo, estabelece como um dos elementos fundamentais que a organização das escolas deverá ocorrer mediante a apresentação de propostas pedagógicas, elaboradas no âmbito da autonomia das instituições de ensino contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos (sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia), e a flexibilização dos tempos e espaços escolares assegurando, por exemplo, a fixação de calendário escolar que considere a configuração de ano letivo independente de ano civil e que atenda às especificidades locais, principalmente no que tange ao período de chuvas, de plantio e colheita.

As diretrizes apontam portanto, para a possibilidade de construção de uma proposta pedagógica diferenciada e aqui importa lembrar que deve-se, primeiramente, ter presente a concepção de educação do campo, suas finalidades e princípios básicos, como forma de caracterizar este espaço de atuação de toda a equipe, mas principalmente do professor, pois o próximo ponto é desenvolver uma educação que assuma a identidade do povo do campo, respeitando seu modo de vida, sua dinâmica social e acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico.

O Currículo da Educação Infantil da EMMCA, busca assegurar a formação humana da criança, sendo que o desenvolvimento dos eixos da Base Nacional Comum deve ser pautado nas brincadeiras e na interatividade. O caderno 3 da Proposta Pedagógica da Rede municipal de Coronel Fabriciano, que trata do desenvolvimento das crianças e das dimensões da formação humana, aponta para a necessidade da escola, de se considerar o trabalho com as crianças com deficiência. Conforme Mantoan (2009), é necessário que escola e família sejam grandes parceiras no acompanhamento a crianças e jovens com

deficiência a fim de que se garanta uma inclusão pautada em direitos e oportunidades educativas e formadoras.

Conforme preconizado por Vygotsky (1998), a Educação Infantil busca e considera o que as crianças sabem fazer sozinhas e o que são capazes de fazer de acordo com o seu nível de desenvolvimento e com o apoio de educadores e de crianças mais experientes. No que diz respeito ao domínio socioafetivo, Constance Kamii (1991), reportando a Piaget, descrevem três princípios de ação: Encorajar a criança a tornar-se progressivamente autônoma frente aos adultos, a interagir e a resolver seus conflitos, a ser independente e curiosa, a tomar iniciativa no prosseguimento dos seus interesses, ter confiança na sua capacidade de fazer uma ideia própria das coisas, a exprimir suas ideias com convicção, acabar com seus medos e suas angústias de maneira construtiva e a não se desencorajar facilmente.

2.2.1 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Regulamentada através da Resolução 01/10, baseada também no artigo 34, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola, e da adesão do município ao Programa Mais Educação instituído pela Portaria Normativa Interministerial, Nº 17 de 24 de abril de 2007, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Visa fomentar a educação integral a duzentos e trinta e um (231) alunos na faixa etária de seis a dezesseis anos com a oferta de diversas oficinas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, do resgate e suporte ao pedagógico, da sustentabilidade e promovendo o acesso à atividades que na localidade seriam difíceis de acontecer se não fosse pela escola, é o espaço onde o educando reconhece e fortalece os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança e conto de histórias, o que está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2010). Os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento, são disponibilizados ao município mediante adesão aos Programas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, instituído pela [Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009](#), (Portal do MEC, 2008)

2.2.2 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 58, refere-se à Educação Especial como, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais e estas também estão resguardadas pela convenção da Guatemala (que é muito clara ao dizer que não podemos diferenciar uma pessoa por uma deficiência e ou dificuldade e, se temos que fazê-lo, que seja para incluí-la e não por uma questão meramente filosófica, solidária ou por compaixão, mas sim por uma questão de direito.

A EMMCA, tem em seu quadro, uma quantidade significativa de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, seja por alguma deficiência ou distúrbio psicossocial e que em alguns casos já foram diagnosticados como sendo casos para o atendimento clínico especializado. Percebe-se que a falta de preparo dos pais e parentes para lidarem com a situação, contribui em muito para que a válvula de escape acabe sendo a escola que por sua vez se vê muitas vezes, despreparada diante da grande demanda que vem se apresentando.

3 – CURRÍCULO

Etimologicamente a palavra *curriculum* vem do latim e significa “pista de corrida”. As questões discutidas pelas teorias do currículo são questões relativas ao que essa pista deve ter para nos tornarmos os seres humanos desejados por determinada formação social. Ou seja, o que devemos aprender para a nossa formação.

De forma ampla ou restrita, o currículo escolar abrange as atividades desenvolvidas dentro da escola. E, segundo César Coll, "as atividades educativas escolares correspondem à idéia de que existem certos aspectos do crescimento pessoal, considerados importantes no âmbito da cultura do grupo, que não poderão ser realizados satisfatoriamente ou que não ocorrerão de forma alguma, a menos que seja fornecida uma ajuda específica, que sejam exercidas atividades de ensino especialmente pensadas para esse fim. Existem muitas classificações quanto aos tipos de currículo segundo a concepção de sociedade, conhecimento e homem que se quer formar. Essas concepções têm relação com a forma que lidam com as questões relativas ao poder e ao sujeito no processo de ensino aprendizagem.

A Proposta Pedagógica da EMMCA está fundamentada na LDBEN, nas orientações curriculares nacionais, nas diretrizes operacionais para escolas do campo e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município. Considera o aluno como pessoa, que aprende na vida social e no espaço escolar, que tem potencialidade e necessidade de interagir e de refletir sobre a diversidade do conhecimento humano. Nessa perspectiva, a organização de métodos de ensino parte do diagnóstico feito pelo professor, dos conhecimentos organizados dos componentes curriculares e dos domínios prévios dos alunos. Isso requer do professor o desenvolvimento de certa sensibilidade para romper com os estereótipos e pré-modelos, veiculados pela sociedade ou mesmo pela comunidade escolar, que padronizam categorias de alunos, seja pela faixa etária, seja pela origem étnica ou sociocultural, aqui especificamente, com alunos de zona rural.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo retrata que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções

exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Resolução CNE/CEB 1/2002).

Em se tratando do Currículo de escola rural, a localização e caracterização da clientela assistida deve ser levada em conta e “além da conta”, principalmente devido ao histórico social vinculado ao homem do campo e sua formação. Conforme Molina (2004), a educação rural em suas correntes mais conservadoras ignora a realidade que se propõe a trabalhar, teve origem no pensamento latifundista empresarial, de controle político sobre a terra e aqueles que nela vivem e trabalham. Essa educação incorpora princípios e valores desvinculados da cultura e da familiaridade que os sujeitos sociais do campo possuem do solo, da água, da floresta das culturas de cultivos e da pesca, enfim, desta convivência humana com a natureza e com os outros seres humanos.

Nesse sentido é importante salientar que a EMMCA não busca se prender a um método específico, mas sim, a uma concepção de educação voltada para uma linha de pensamento e ação que seja identificada com o tipo de sujeito que quer formar, o tipo de ser humano que acredita, ou seja, busca refletir de modo crítico-dialético suas concepções filosóficas, antropológicas, psicológicas e sociais, afinal, é a linha de ação da escola que vai fazer com que esse ambiente rompa com as mazelas tradicionais do ensino bancário e passe a ser uma via de mobilização social em prol de uma educação dialética que tem como foco central a libertação intelectual dos seus sujeitos. Uma educação calcada em estratégias de ensino que perpetuam a servidão, o conteudismo e a desvalorização das experiências pessoais não pode ter lugar numa sociedade que prima pela equalização e valorização das diferenças.

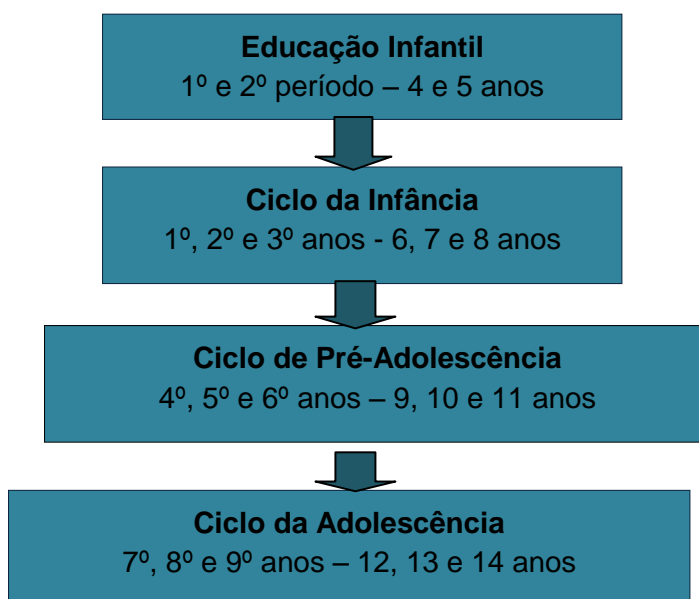
Pensar o Currículo significa portanto, orientar a inclusão de todos os aspectos básicos, que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação e os marcos teóricos que a concretizam na sala de aula. Destaca-se, ainda, a obrigatoriedade de inclusão dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que devem ser ministrados no contexto de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira, o conteúdo que trate dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, preconizados pela Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, que acrescenta o § 5º ao Art. 32 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 2006, dentre outros temas que são desenvolvidos transversalmente por todos os componentes curriculares. O Ensino Religioso, regulamentado pela Lei nº. 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao Art. 33 da LDB, compõe a Parte Diversificada do Currículo sendo assegurado o respeito à

diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo e buscando focar os princípios e valores morais e sociais. Assim, conforme Regimento Escolar, para a organização curricular são observadas as seguintes diretrizes:

- a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres, de respeito ao bem (público, individual e privado) e à organização social;
- Considerar as condições do educando no que diz respeito a: oportunidades de escolaridade, tempos humanos, individualidades e seus limites dentro da unidade escolar;
- Promoção a práticas desportivas educacionais formais e às não-formais, através das atividades complementares;
- Orientação para o trabalho e formas de avaliação;

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Ensino Fundamental, na EMMCA, apresenta a seguinte estrutura:



No início do ano letivo, na semana destinada à organização da escola, onde são realizadas as reuniões administrativas e pedagógicas, define-se junto ao coletivo de professores as enturmações para o ano. O referencial de análise são as atas dos Conselhos de Classe por etapa, os perfis das turmas, relatórios e fichas individuais dos alunos. Ressalta-se que quando possível e de acordo com as normas da SMEC, a organização do ano posterior é feita no final de cada ano. A aplicação de diagnósticos iniciais, é critério inicial de avaliação do aluno e após a constituição da turma, traça-se um novo perfil e os professores de áreas e regentes, elaboram os planejamentos visando sanar as dificuldades de aprendizagem detectadas e possibilitar o alcance de melhores resultados no decorrer das etapas letivas.

A EMMCA busca aplicar no ato de enturmação, observar a faixa etária e o desenvolvimento cognitivo e o ciclo de formação humana que apresenta a estrutura acima citada. O planejamento anual é realizado com a participação da SMEC, mas o mesmo é reavaliado e reorganizado a cada início de etapa, de acordo com as modalidades de ensino ofertadas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, AEE e Educação Integral). Com todas as turmas é retirado os combinados referentes aos aspectos da organização da escola, comportamentos, direitos e deveres, incluídos os constantes no Regimento Escolar que são entregues a todos na forma de informativo

anual. Os espaços destinados às atividades curriculares apresentam a seguinte organização:

Espaços	Como funciona?
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos de acervo à comunidade local; • Atendimento a ex alunos para pesquisa • Projetos de leitura e aulas de literatura • Reuniões de pais, professores e Conselheiros; • Exibição de filmes e vídeos
Quadra	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta à comunidade às noite e finais de semana; • Atividades com os alunos da Educação Integral e Programa Segundo Tempo. • Desenvolvimento de atividades culturais.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento integral • Cardápio diversificado e atendendo às especificidades da localidade rural; • Acompanhamento da equipe de nutricionista in loco – 01 (uma) vez ao mês; • Empréstimo à comunidade local, participante de associações de moradores, religiosas e clubes, para eventos anuais.
Refeitório	<p>Lanche e almoço a todos os alunos da escola e funcionários;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais.
Laboratório de informática e Mesa Alfabeto	<ul style="list-style-type: none"> • Atende os alunos do Ensino Regular com os Programas Virtus Letramento destinado aos alunos a partir do 4º ano e a Educação integral com a oficina de Informática;
Galpão	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das atividades da Educação Integral: Artesanato Regional, Karatê, Danças, flauta e Violão e Campos do Conhecimento – de acordo com horários e planejamento e reuniões de pais;

A SMEC oferece durante todo o ano, a formação em serviço através de cursos de capacitação, seminários, palestras e oficinas. O ano escolar compreende três etapas: 1ª - fevereiro a maio, 2ª - maio a setembro, 3ª - setembro a dezembro.

A nomenclatura das turmas é feita de acordo com o ano/idade, ou seja, o tempo humano dos alunos. Ex>: Turma, 41 (4 anos), 51 (5 anos), 61 (6 anos) e assim por diante até chegar a última turma 141 (9º ano). Visando uma melhor interação entre as idades afins.

Matricula e rematricula

A matrícula é o ato formal que vincula o aluno a uma unidade escolar. O encaminhamento da população em idade escolar, ao Ensino Fundamental é formalizado por meio de cadastro escolar. O período para renovação de matrícula e matrícula de novatos é determinado no Calendário Escolar do referido ano.

Calendário Escolar – em anexo

O calendário escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, sendo elaborado anualmente, pelos profissionais da escola e aprovado pelo Conselho Escolar, tem sua homologação e supervisão do cumprimento das atividades nele contidas feita pela SMEC, através do Núcleo de Organização Escolar – NOE. Adotam-se ações diversificadas e significativas para sanar dificuldades e permitir avanços no processo de aprendizagem. O trabalho com projetos é um dos instrumentos utilizados e permite a construção coletiva do conhecimento.

Por acreditar numa ação educativa comprometida em atender a todos os alunos, sem distinção, desenvolve-se na Escola, um trabalho voltado para a inclusão e vem sendo elaborada a partir de um estudo das características desse meio. Embora mais difíceis de serem concretizadas, elas não são utópicas e demandam inúmeras ações, dentre elas destacamos as seguintes:

- Atividades de lazer (campeonatos de futsal e xadrez, aulas-passeio à cachoeira, mirantes e adjacências) visando envolver professores e alunos;
- Hora cívica como determina a [Lei de nº 12.031, de 21 de setembro de 2009](#) que visa estimular a noção de patriotismo, cidadania e civismo entre crianças, adolescentes e jovens.
- Parcerias junto à Polícia Militar, Conselho Tutelar, Secretaria de assistência Social e de Saúde para desenvolver ações educativas e pedagógicas junto à alunos e famílias;
- Eventos que visam resgatar a cultura da marujada como forma de orgulho e sentimentos de pertença;
- Trabalhar a inclusão de todos os educandos, professores e funcionários no contexto da Escola, respeitando as diferenças individuais e o convívio coletivo

- Realização do Pré Conselho de Classe com alunos representantes das turmas e após o término de cada etapa letiva;
- Apreciação de leituras de alunos por meio de atividades de conto e reconto, auditórios semanais e inseridos nos projetos de literatura da escola;
- Aplicação de avaliações para fins de reclassificação aos alunos aptos à promoção, conforme artigo 109 do Regimento Escolar da EMMCA.
- Eleição do líder e vice líder das turmas, com o objetivo de servir de melhorar e/ou corrigir distorções no relacionamento professor e aluno coordenação pedagógica e direção e escolha do professor coordenador da turma;
- Realização de reuniões pedagógicas e encontros de pais ao término de cada etapa letiva, de acordo com eventos previstos em calendário e quando a unidade julgar necessário.

Fluxo Escolar

A EMMCA, passou a desenvolver, sob orientação e planejamento da SMEC o Programa Tempo de Acelerar em setembro de 2011 visando a correção de fluxo escolar, a erradicação do abandono e da desistência dos alunos no âmbito escolar bem como diminuir a defasagem escolar entre adolescentes e jovens com mais de três anos de atraso em sua escolaridade.

O projeto pauta-se no que está contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 206, inciso I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9394/96, Artigo 24, inciso V, alínea b – possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; e, ainda, no atendimento que está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Fundamental: “Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração de aprendizagem...” e na Instrução Normativa Nº 002/12 de 08 de fevereiro de 2012.

A experiência tem demonstrado que um projeto com o objetivo de “acelerar a aprendizagem’ e corrigir o fluxo, só se justifica quando atende às reais necessidades dos alunos, mediante o levantamento de suas aprendizagens prévias na proposição de situações desafiantes e de conteúdos acertados e registro e análise de sua

produção, de modo a tornar a avaliação da aprendizagem um processo contínuo de acompanhamento e intervenção para ajudá-los a entender sua dificuldade e a vencer os obstáculos. Nesse processo, Sampaio (2000) define:

Será preciso considerar os avanços que os alunos já conquistaram e também criar nexos entre sua bagagem cultural e os novos saberes, para que, partindo daquilo que apresentam de avanços e dificuldades na aprendizagem, atinjam novos patamares de aproveitamento escolar. Reconstituindo-se o processo de aprendizagem desses alunos, instala-se a confiança na capacidade de superar problemas escolares, o que será instrumento precioso para promover sua autoestima, seguidamente rebaixada no percurso anterior. Sua aprendizagem efetiva será também o parâmetro para que o professor possa, por meio da avaliação, dosar e organizar a seqüência do ensino, sabendo como ajudar, para onde ir e aonde chegar, a fim de que todos possam prosseguir com segurança em seu retorno às classes comuns(SAMPAIO, 2000, p.63)

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

A LDB (Lei nº 9394/96), em seu art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14:

- I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares Equivalentes;

Com o objetivo de destacar a descentralização da gestão educacional e o fortalecimento da autonomia da escola e garantir a participação da sociedade na gestão criou-se o Conselho Escolar que atua efetivamente na EMMCA desde maio de 1999, com base na LDB 9394/96 e em conformidade com as normas do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem em suas atribuições a função de referendar a Proposta Pedagógica, construída em consonância com o regimento escolar aprovados para a rede municipal de ensino do município, bem como acompanhar a sua execução. A Caixa Escolar viabiliza a utilização dos recursos financeiros, observando os instrumentos legais vigentes e sua constituição e organização encontram-se expressas em Estatuto próprio que define as prioridades em parceria com o Conselho Escolar, aplica os recursos de acordo com o plano aprovado e observação das instruções, compõe o processo de prestação de contas, submete o processo de prestação de contas à análise do Conselho Fiscal e encaminha a prestação de contas ao setor Financeiro da Prefeitura Municipal.

O Conselho Escolar tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, avaliativo e fiscalizador e é constituído pelos seguintes segmentos: Diretor e Vice, professores, Auxiliar Técnico, Auxiliares de Serviços, alunos, pais ou responsáveis. O mandato da equipe eleita tem duração de um ano podendo ser estendido por mais um ano. Tanto quanto o Conselho Escolar, o Conselho de Classe é uma instância criada para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas. É também um espaço interdisciplinar, uma vez que aglutina professores de diversos componentes curriculares, assumindo caráter deliberativo quando se refere ao processo didático. A avaliação desenvolvida ao longo

do conselho de classe expressa os objetivos da escola como um todo e no interior da sala de aula como avaliação do processo didático e conseqüentemente um excelente lugar para o exercício da participação mediado pelo diálogo que visa ao envolvimento de todos no processo educativo da escola,(MEC, 2004).

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's a relação educativa é uma relação política, que se define na vivência da escolaridade, desde sua estrutura escolar até suas relações com a comunidade, os trabalhadores da educação no interior da escola, na distribuição de responsabilidades e poder decisório, nas relações entre professor e aluno, no reconhecimento dos alunos como cidadãos. As relações de trabalho visam assegurar um espaço coletivo para estudos, reflexões e debates acerca de quaisquer aspectos que remetam à organização da EMMCA, através das seguintes ações:

- O Planejamento Pedagógico ocorre antes do início do ano letivo e durante este período, são realizados seminários, palestras, cursos e oficinas, geralmente oferecidos pela SMEC e, posteriormente, a sistematização das propostas de trabalho por área de conhecimento e de maneira interdisciplinar na própria unidade. Realiza-se também o planejamento das atividades por etapa que são redimensionadas a partir do perfil final da turma, a fim de que se estabeleçam as flexibilizações necessárias. Estão envolvidos neste processo professores, coordenadores e direção.
- As reuniões com os pais ocorre de forma sistemática e prioritariamente nas primeiras semanas do ano letivo onde a escola apresenta o projeto pedagógico aos pais em reuniões organizadas por modalidade de ensino/etapa, da educação infantil ao ensino fundamental. E a cada etapa letiva, para entrega dos resultados, que se constituem em momentos de suma importância, durante os quais coordenadores pedagógicos e da Educação Integral juntamente com professores de turma e monitores das Oficinas, entregam e discutem as avaliações dos alunos e recebem informações dos pais sobre o desenvolvimento dos mesmos.

A convivência democrática na escola supõe diálogo, ação cooperativa e participação ativa de toda a comunidade escolar na busca por soluções e encaminhamentos para os conflitos cotidianos e a construção de valores de ética e de cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996 dá abertura para que a escola exerça sua autonomia e elabore suas próprias normas de gestão democrática.

Contudo, não podemos esquecer que o convívio democrático na escola é um processo desafiador que deve ser construído a cada dia, envolvendo todos os profissionais e toda comunidade. Não se pode perder de vista que a construção e o

desenvolvimento da convivência democrática faz parte de um processo, e não algo que se implanta aleatoriamente, dependendo assim, de intervenções socializadas e bem planejadas.

As normas de Convivência visam a busca por uma educação e uma relação de qualidade onde todos os envolvidos, se sintam acolhidos, situados e respeitados. Amparados nesta afirmação, a EMMCA, baseando-se no seu Regimento Escolar e nos encontros pedagógicos busca estabelecer normas disciplinares e comportamentais adequadas ao ambiente escolar mediante a entrega, leitura e discussão do “Informativo do Aluno”, feito no início de cada ano letivo e que se constituem na observância dos direitos, deveres e proibições dos educandos e a organização pedagógica da Unidade. Escola e família, são instituições que não podem caminhar de forma indissociáveis pois uma depende da outra para alcançar seu maior objetivo, que é buscar meios para que o educando/ filho aprenda, compartilhe, pesquise, se forme e caminhe rumo a um futuro melhor. Propiciar momentos de encontro da família com a escola é ampliar e solidificar esta importante relação.

Conforme o Art.53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa”. Pensar neste âmbito é portanto, ampliar possibilidades de um convívio equilibrado e harmonioso entre pais, filhos/alunos e escola e se converte numa determinação conjunta e na oferta de uma experiência construtiva, que torne a criança, o adolescente e o jovem, pessoas melhores, tanto em relação aos conhecimentos escolares, quanto aos valores e princípios que nortearão a sua conduta.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita ao professor definir critérios para replanejar as atividades e criar novas situações que gerem avanços na aprendizagem do aluno. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo. Estudos contemporâneos nos remetem à ideia de que a avaliação é um processo interativo de ação e de reflexão, entre educadores e educandos, seguido ou não de intencionalidade e que envolve juízo de valor. Nesse sentido, Joel Martins (apud Hofman, 1997) afirma que “a avaliação é a reflexão em ação e essa impulsiona a novas reflexões”.

A avaliação, portanto, deve estar a serviço da aprendizagem, cujo objetivo é a melhoria das práticas educativas e sua constante qualificação, possibilitando identificar problemas, encontrar soluções e corrigir rumos. Cabe ao professor manter uma postura questionadora, transformando a reflexão em ação, desenvolvendo um processo interativo, no qual professor e aluno aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade da instituição educacional.

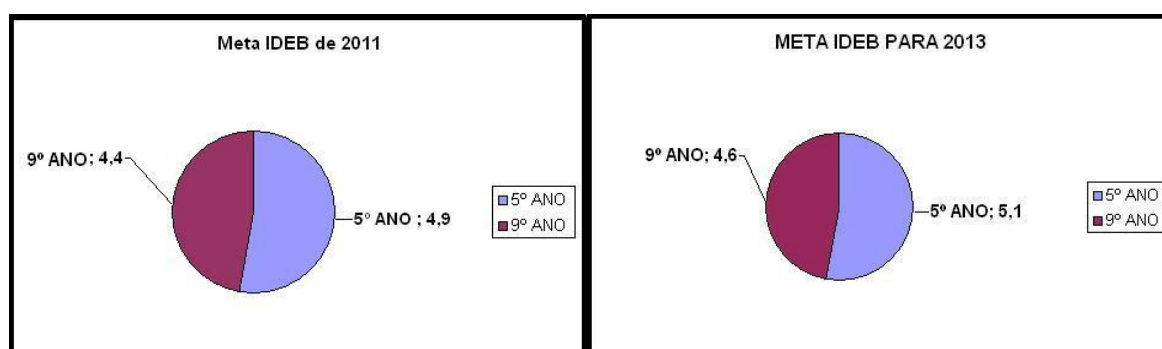
Mesmo reconhecendo a importância das muitas concepções e práticas distintas acerca do que significa avaliar, a EMMCA adota, a avaliação formativa por considerar esta uma avaliação que leva em conta diferentes linguagens e estilos de aprendizagem, dá tratamento didático aos “erros”, considerando-os como informações diagnósticas, e inclui todas as atividades realizadas. Nesse sentido, a avaliação assume uma característica dinâmica no processo educativo - é impulsionadora da aprendizagem do aluno e também promotora da melhoria do ensino.

Conforme deliberado pela SMEC, a EMMCA, aplica, no mínimo três avaliações por etapa letiva, sendo duas parciais e uma globalizante. Cada avaliação tem o valor de 100% (cem por cento), e validados conforme resultados obtidos pelos alunos, assim registrados: **A**: de 100% a 90% - obteve ótimo desempenho, **B**: de 89% a 70% - obteve bom desempenho, **C**: de 69% a 60% - obteve desempenho satisfatório, **D** abaixo de 60% - não obteve desempenho satisfatório. Sendo objetos de avaliação os seguintes critérios: atitudes e valores éticos, compromisso/assiduidade, criatividade/criticidade, participação da família, desempenho nas Atividades.

Em conformidade com os objetivos expostos no Regimento escolar e diretrizes da SMEC, a avaliação institucional interna implica em medir constantemente, a satisfação dos pais do educando, docentes e comunidade escolar.

Enquanto instrumentos podemos citar: Avaliação Diagnóstica, Instrumental Investigativo Discente, Avaliação de Desempenho dos Servidores e Avaliação institucional externa que são: Prova Brasil, Simave e Proalfa. Os resultados são discutidos pelos profissionais da escola que, buscam elaborar projetos específicos para sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos e posteriormente repassados para os educandos e familiares, apresentando as estratégias necessárias ao alcance do nível de aprendizagem ideal.

Segundo dados do Ministério da Educação 4,2 milhões de alunos brasileiros do Ensino Básico (15% do total) apresentam um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB que não reflete, de fato a qualidade de sua aprendizagem, pois eles estudam nas 88 mil escolas rurais do país (45% do total). Apesar das inúmeras dificuldades “ainda” presentes na educação ofertada no campo como: a formação de professores, a infra-estrutura, a transporte e a oferta de material didático adequado à realidade no campo, que fazem cair o nível de aprendizagem dos alunos, o MEC definiu que a partir de 2011 as escolas do campo participariam da avaliação da Prova Brasil. Assim, pela primeira vez, os alunos do 5º e 9º anos da EMMCA participaram da Prova Brasil, obtendo o significativo resultado, como se verifica nos gráficos que seguem:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, tem como objetivos principais a sua instrução e a sua formação e considerando que é do interesse da sociedade que seus cidadãos sejam educados, instruídos e formados, e que esta é a principal função da escola, administrá-la de modo eficiente e eficaz é uma das condições para que cumpra o seu papel. E para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

Entende-se que uma vez formulado e conhecido o problema a sua solução está posta, ou seja, a própria escola possui as suas forças transformadoras, os seus agentes sociais, econômicos, políticos que podem impulsioná-la para uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os seus objetivos especificamente pedagógicos/educacionais de forma significativa.

Justifica-se essa forma positiva de encarar o desafio da gestão escolar na frase de Marx: [...] a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos são captadas no processo de seu devir. (MARX, 1985, p. 130). Como um ponto de reflexão importante para nós educadores, não se pode deixar de referenciar o poder transformador do conhecimento e da educação.

A escola não é apenas e tão somente a reprodução da sociedade, mas por meio dos seus movimentos, entendidos inclusive pela ação dos seus profissionais, pode quebrar com os paradigmas que anulam e engessam ideais. Essa é uma opção política de todo educador

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103- 116.
- _____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.
- _____. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997. 2ª ed.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n. 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Ministério da Justiça, D.O. de 16/07/1990, p. 13563 1990.
- _____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Ministério da Educação e do Desporto - MEC, D.O. de 23/12/1996, p. 27833, 1996.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil.* 1988.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais (PCNs): introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997.
- _____. **Educação para todos: o compromisso de Dakar.** Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.
- _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v. 1. Brasília, 2001. In: Kolling, Edgar Jorge e outros (Orgs.) Educação do campo: identidade e Um projeto político-pedagógico para... - Ilma Ferreira Machado 218 políticas públicas, 2002 (Coleção por uma educação do campo, Nº 4)
- CORONEL FABRICIANO, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de educação e Cultura. **Atlas Escolar** – Histórico, Geográfico e cultural do município de Coronel Fabriciano - MG, 2011.
- _____. **Plano Municipal Decenal de Educação** – 2006 – 2015, Coronel Fabriciano, MG, 2006.
- CURY, C.R.J. **O direito à educação:** um campo de atuação do gestor educacional da escola. Apostila. Inédito.

HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação** – mito e desafio. Porto Alegre: Mediação, 1997.

KAMII, Constance e DEVRIES, Rheta. Jogos em Grupo na educação infantil: implicações da Teoria de Piaget. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

MANTOAN, M.T.E. Atendimento educacional especializado: o que é? Por que? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 1999.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

[MEC/SEB. Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, Novembro de 2004.](#)

MUNARIN, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: PISTRAK, M. M. Fundamentos da escola do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

REGIMENTO ESCOLAR da Escola Maria da Conceição Ataíde, Coronel Fabriciano - MG, 2011.

RESOLUÇÃO SMEC de 01 de FEVEREIRO de 2010. Institue o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, altera o projeto de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para o seu funcionamento.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Educação da Infância : proposta pedagógica da rede municipal de Coronel Fabriciano** – Coronel Fabriciano, 2011.

_____. Caderno 1. Os sujeitos da educação da Infância, 2011.

_____. Caderno 2. Indagações das práticas pedagógicas : os sujeitos e os contextos de formação, 2011.

_____. Caderno 3. Desenvolvimento das crianças e dimensões da formação humana, 2011.

VYGOTSKY, L. S. & LURIA, A. R. & Leontev, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.

ANEXOS

ANEXO 1 - MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade Escolar: EM Maria da Conceição Ataíde					
Eixos Curriculares		Períodos			
		1º		2º	
		AS	CHA	AS	CHA
Formação Pessoal e social	IDENTIDADE E AUTONOMIA	3	120:00	3	120:00
CONHECIMENTO DE MUNDO	LINGUAGEM ORAL E ESCRITA	4	160:00	4	160:00
	ARTES	2	80:00	2	80:00
	CONHECIMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO	3	120:00	3	120:00
	MOVIMENTO	5	200:00	5	200:00
	LITERATURA	1	40:00	1	40:00
	NATUREZA E SOCIEDADE	2	80:00	2	80:00
TOTAL DE AULAS SEMANAIS		20	800:00	20	800:00
INDICADORES FIXOS					
Nº de dias letivos anuais: 200 Nº de dias letivos semanais: 05 Nº de semanas letivas: 40 Intervalo para recreio: 15 minutos					

ANEXO 2

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

COMPONENTES CURRICULARES		CICLO DA INFÂNCIA						CICLO DA PRÉ-ADOLESCÊNCIA			
		6 anos		7 anos		8 anos		9 anos		10 anos	
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Artes	1	40h	1	40	1	40	1	40	1	40
	Geografia	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	História	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ciências	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Matemática	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Ed. Física	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ed. Religiosa	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h
Parte Diversificada	Informática	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
SUBTOTAL		20	800h	20	800h	20	800h	20	800h	20	800h

ANEXO 3
MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

COMPONENTES CURRICULARES		CICLO DA PRÉ ADOLESCÊNCIA				CICLO DA ADOLESCÊNCIA			
		11 anos		12 anos		13 anos		14 anos	
		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
BASE NACIONAL COMUM	Líng. Portuguesa	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Artes	1	40	-	-	-	-	-	-
	Geografia	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	História	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ciências	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Matemática	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Ed. Física	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ed. Religiosa	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h
PARTE DIVERSIFICADA	L. E.Inglês	1	40h	2	80h	2	80h	2	80h
	Informática	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h
SUBTOTAL		20	800h	20	800h	20	800h	20	800h

ANEXO 4

MATRIZ CURRICULAR - PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS E FINAIS - AMPLIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

MACROCAMPOS		COMPONENTES CURRICULARES	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS	
			CH S	CHA	CH S	CH A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CAMPOS DO CONHECIMENTO	Letramento/Alfabetização Matemática Ciências História / Geografia	8	320	8	320
	CULTURA E ARTES	Danças Iniciação Musical/Flauta Doce Iniciação Musical /Violão Artesanato Regional Banda Fanfarra Marujada	12	480	12	480
	ESPORTE E LAZER	Recreação e Lazer Futebol de Campo Futsal Tênis de Mesa Karatê PST - Programa Segundo Tempo				
	COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS	Cine Clube				
	MEIO AMBIENTE	Canteiros Sustentáveis				
	INCLUSÃO DIGITAL	Informática e Tecnologia da Informação				
Subtotal II			20	800	20	800
TOTAL GERAL			40	1.600	40	1.600

Indicadores Fixos:

Nº de dias letivos anuais: 200

Nº de dias letivos semanais: 05

Nº de semanas letivas: 40

Módulo aula - 60 minutos

Módulo recreio - 15 minutos

Total de aulas semanais: 20, sendo 16h em atividade com aluno e 4h de Coordenação

As atividades das escolas do campo são definidas pelo MEC e visam respeitar a característica rural.

A enturmação dos alunos será feita através de agrupamentos por interidade e nível de desenvolvimento dos educandos.

01 (uma) hora diária e 05 (cinco) horas semanais são destinadas a alimentação, saúde e atividades de relaxamento – no horário de 11h15 as 12h15.

ANEXO 5

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EMMCA PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ANEXO 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO 2012-Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde

JANEIRO							L: 17 - FEVEREIRO - E:02							L:22 - MARÇO - E:01						
D	S	T	Q	Q	S	Percepção	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1#	2☼	3☼	4☼	5☼	6☼	Raciocínio matemático	5	6	7	8	9	10	11	4	5	6	7	8	9	10
8☼	9☼	10☼	11☼	12☼	13☼	Organização	12	13	14	15	16	17	18	11	12	13	14	15	16	17
15☼	16☼	17☼	18☼	19☼	20#☼	Aspectos Cognitivos	19	20	21	22	23	24	25	18	19	20	21	22	23	24
22☼	23☼	24☼	25☼	26☼	27☼	Compreensão do mundo e aplicação	26	27	28	29	30	31		25	26	27	28	29	30	31
29☼	30☼	31☼				Generalização														
1 – confraternização Universal							conhecimento							21 - Carnaval						
L: 18 – ABRIL - E: 01							L:23 - MAIO - E:01							L:20 – JUNHO - E: 00						
D	S	T	Q	Q	S	Habilidades	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5☼	6#	7	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7#	8☼	9
8	9	10	11	12	13	14	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
15	16	17	18	19	20	21	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
22	23	24	25	26	27	28	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
29	30																			
6 – Paixão / 8 - Páscoa / 21 – Tiradentes							Participação 1 – Dia do Trabalho							etário consistente com a diversidade cultural						
L: 17 - JULHO - E:01							L:22 - AGOSTO - E:01							L:20 – SETEMBRO - E:01						
D	S	T	Q	Q	S	Identidade pessoal e social	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
8	9	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
22	23	24	25	26	27	28	26	27	28	29	30	31		23/30	24/31	25	26	27	28	29
29	30	31																		
15 – Assunção de Nossa Senhora							15 – Assunção de Nossa Senhora							7 – Independência do Brasil						
L:18 - OUTUBRO - E:01							L: 19 - NOVEMBRO - E-00							L:05- DEZEMBRO - E: 02						
D	S	T	Q	Q	S	SERVAÇÕES: aspectos a serem observados	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31	23/30	24/31	25	26	27	28	29
17 - Nossa Srs. Aparecida							15 - Proclamação da República							25 - Natal						
LEGENDA:																				
• - Determinação dos interesses, das necessidades e das habilidades do aluno;							• - Determinação das habilidades do aluno;							# - Feriado						
☼ - Atividade pedagógica para o desenvolvimento da habilidade							☼ - Atividade pedagógica para o desenvolvimento da habilidade							☼ - Aula Inaugural						
☼ - Atividade pedagógica para o desenvolvimento das atividades funcionais, baseadas na Dimensão do Apelo, será definida no planejamento individual de cada aluno.							☼ - Atividade pedagógica para o desenvolvimento das atividades funcionais, baseadas na Dimensão do Apelo, será definida no planejamento individual de cada aluno.							☼ - Sábado Letivo/Festa Junina						
☼ - Conselho de Classe/Replanejamento - (extraturno)							☼ - Conselho de Classe/Replanejamento - (extraturno)							☼ - Feriado Letivo						
☼ - Trabalho Continuo/Projeto Administrativo							☼ - Trabalho Continuo/Projeto Administrativo							☼ - Feriado Letivo						
☼ - Todos os alunos estarão inseridos nas atividades/Orientações da Educação Integral, de forma a contemplar a ampliação de suas habilidades e sua inclusão no universo educativo-formador.							☼ - Todos os alunos estarão inseridos nas atividades/Orientações da Educação Integral, de forma a contemplar a ampliação de suas habilidades e sua inclusão no universo educativo-formador.							☼ - Feriado Letivo						

ANEXO 7

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO PROJETO TEMPO DE ACELERAR

Unidade Escolar: EM Maria da Conceição Ataíde
Etapa: Ensino Fundamental – Anos Finais
Modalidade: Turmas de Aceleração de Aprendizagem
Forma de Organização: Módulo
Regime: Anual - **Turno:** Vespertino

PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL
BASE NACIONAL COMUM	Línguas, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	6h
		Artes	
		Educação Física	
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6h
		Ciências Naturais	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2h
Geografia			
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Inglesa	2h	
CARGA HORÁRIA SEMANAL - (módulo aula)			16h
CARGA HORÁRIA DESTINADA A PLANEJAMENTO			4h
INTERVALO			15m